



PROJECTO EUROPA

Número Especial - Setembro 1994

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

O PSD NO PARLAMENTO EUROPEU (legislatura 1994-1999)

Nas eleições para o Parlamento Europeu de 12 de Junho de 1994, o PSD obteve 34,4% dos sufrágios (mais 1,7% do que em 1989) e elegeu novamente 9 Deputados. O Deputado Lucas Pires, em acordo com a direcção nacional do PSD, aderiu ao Grupo do PPE. Os restantes 8 Deputados continuaram a integrar o Grupo do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas (LDR).

O Grupo LDR é o terceiro maior do Parlamento Europeu. Composto por 43 Deputados de 10 nacionalidades, assume-se como charneira entre as duas maiores famílias políticas europeias (socialista e democrata-cristã/conservadora). No Grupo LDR a componente portuguesa é a segunda maior nacionalidade e o PSD é o maior Partido.

Na sessão constitutiva do Parlamento Europeu realizada em Julho de 1994, o Deputado António Capucho foi reeleito Vice-Presidente do Parlamento Europeu e é agora o único português membro efectivo do respectivo Bureau. Por inerência é também Vice-Presidente do Grupo LDR.

Os Deputados Manuel Porto e Arlindo Cunha foram eleitos Vice-Presidentes da Comissão dos Orçamentos e da Assembleia Paritária União Europeia-Países ACP, respectivamente. Por outro lado, foram designados Coordenadores do LDR nas Comissões Parlamentares os Deputados Arlindo Cunha (Agricultura), Carlos Pimenta (Ambiente), Helena Vaz da Silva (Cultura) e Carlos Costa Neves (Política Regional).

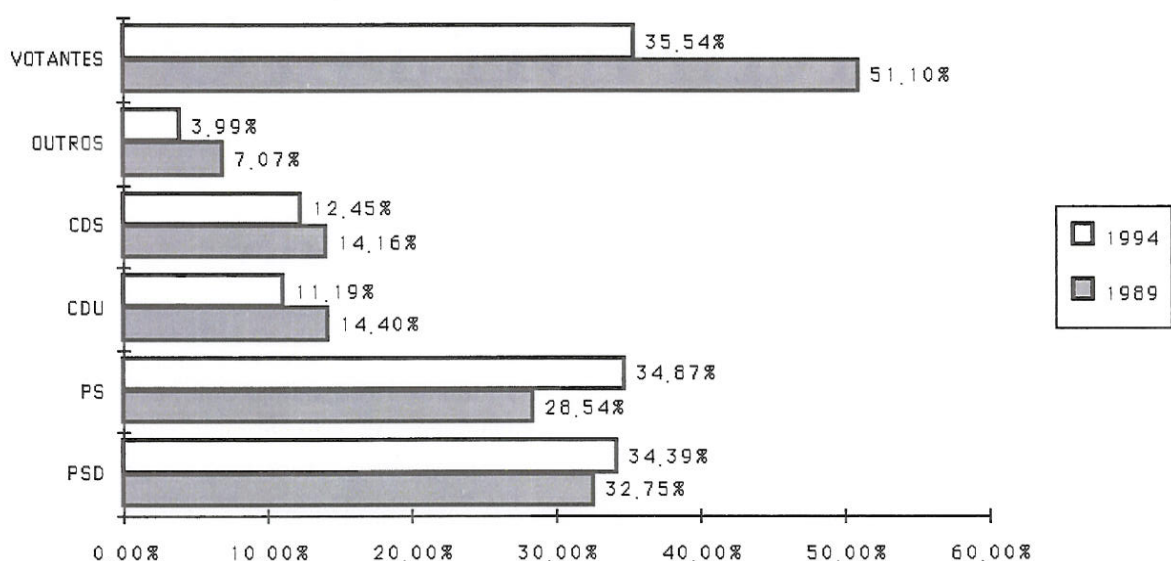
Finalmente, foi eleito Secretário Geral do Grupo LDR o dr. Mário David.

boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD

(editado com o patrocínio do grupo do partido europeu dos liberais, democratas e reformistas)

Eleições para o Parlamento Europeu (resultados comparados de 1989 e 1994)

	1989			1994			DIFERENÇA 1994-1989		
	Nº	%	MAND	Nº	%	MAND	Nº	%	MAND
PSD	1 358 958	32,75%	9	1 046 918	34,39%	9	-312 040	1,64%	0
PS	1 184 380	28,54%	8	1 061 560	34,87%	10	-122 820	6,33%	2
CDU	597 759	14,40%	4	340 725	11,19%	3	-257 034	-3,21%	-1
CDS	587 497	14,16%	3	379 044	12,45%	3	-208 453	-1,71%	0
OUTROS	293 406	7,07%		121 518	3,99%		-171 888	-3,08%	
BRANCOS	66 074	1,59%		48 916	1,61%		-17 158	0,01%	
NULOS	61 682	1,49%		45 320	1,49%		-16 362	0,00%	
VOTANTES	4 149 756	51,10%		3 044 001	35,54%		-1 105 755	-15,56%	
INSCRITOS	8 121 564			8 565 822			444 258		



Declaração de Princípios dos Candidatos do PSD ao Parlamento Europeu

1. Exerceremos o mandato no Parlamento Europeu em exclusividade.
2. Manteremos no Parlamento Europeu uma ligação e articulação estreitas com o Governo, em benefício da defesa dos interesses de Portugal.
3. Queremos protagonizar uma nova fase de maior diálogo e concertação com a Assembleia da República.
4. Propomo-nos activar uma concertação permanente e construtiva com as demais componentes portuguesas representadas no Parlamento Europeu.
5. Continuaremos a manter contactos estreitos com a sociedade civil.
6. Vamos reforçar o nosso programa de informação destinado aos cidadãos em geral visando o esclarecimento sobre a construção Europeia e sobre os desafios que coloca aos Portugueses e a Portugal.

PORTUGAL MAIS FORTE, NUMA EUROPA MAIS SEGURA !

Composição do Parlamento Europeu (por nacionalidade e por grupo parlamentar)

	PSE	PPE	LDR	GUE	FE	ADE	GV	ARE	GEN	NI	total
ALEMANHA	40	47					12				99
BELGICA	6	7	6				2	1		3	25
DINAMARCA	3	3	5				1		4		16
GRÉCIA	10	9		4		2					25
ESPAÑA	22	30	2	9				1			64
FRANÇA	15	13	1	7		14		13	13	11	87
IRLANDA	1	4	1			7	2				15
ITALIA	18	12	7	5	27		4	2		12	87
LUXEMB°	2	2	1				1				6
P.BAIXOS	8	10	10				1		2		31
PORTUGAL	10	1	8	3		3					25
R.UNIDO	63	19	2					2		1	87
total	198	157	43	28	27	26	23	19	19	27	567

PSE- GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU

PPE-GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

LDR-GRUPO DO PARTIDO EUROPEU DOS LIBERAIS, DEMOCRATAS E REFORMISTAS

EUE-FEDERAÇÃO DA ESQUERDA UNIDA EUROPEIA (Comunistas e aparentados)

FE-FORÇA EUROPA (integra exclusivamente Deputados da "Força Itália")

ADE-ALIANÇA DOS DEMOCRATAS EUROPEUS (com maioria de Deputados "neo-Gaulistas")

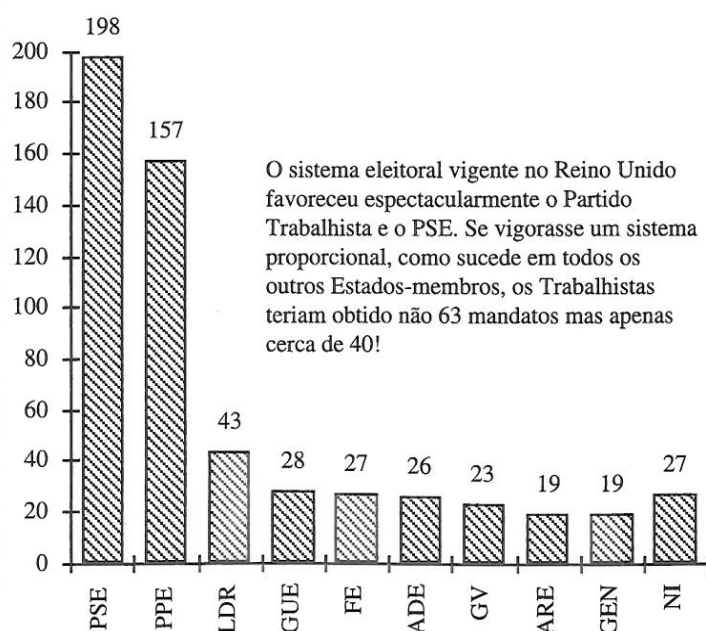
GV-GRUPO DOS VERDES (com maioria de Verdes alemães)

ARE-AGRUPAMENTO DOS RADICAIS EUROPEUS (com maioria da "lista Tapie" francesa)

GEN-GRUPO "EUROPA DAS NAÇÕES" (com maioria da "lista de Villiers" francesa - anti-Maastricht)

NI- DEPUTADOS NÃO-INSCRITOS

Nº de Deputados por Grupo

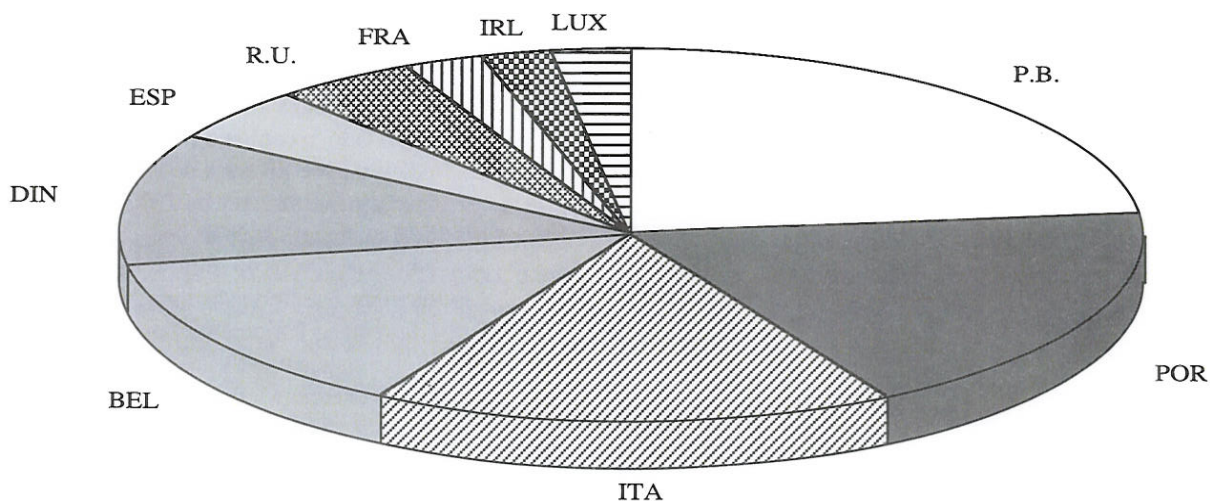
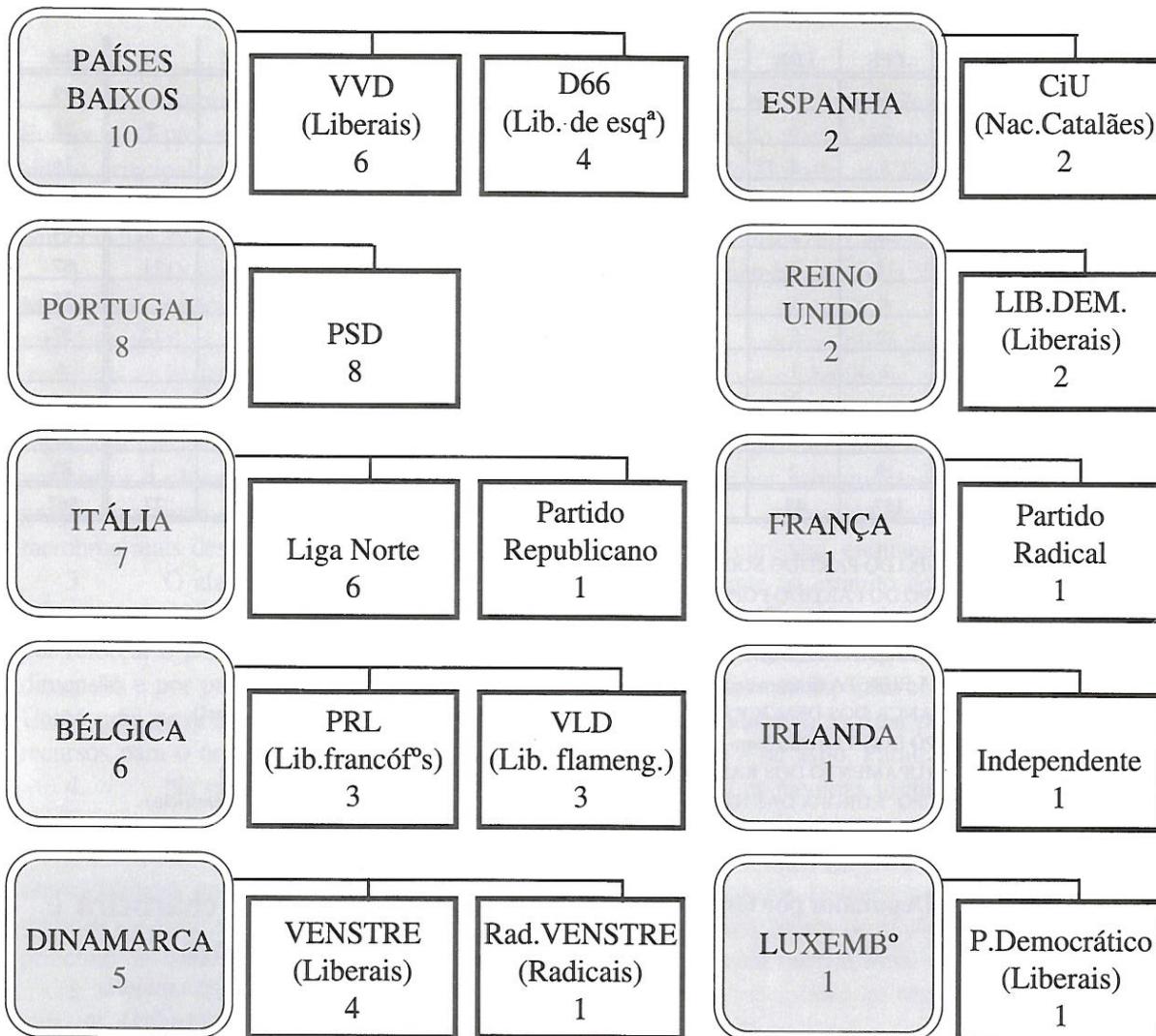


LDR: Grupo charneira e "fiel-da-balança"

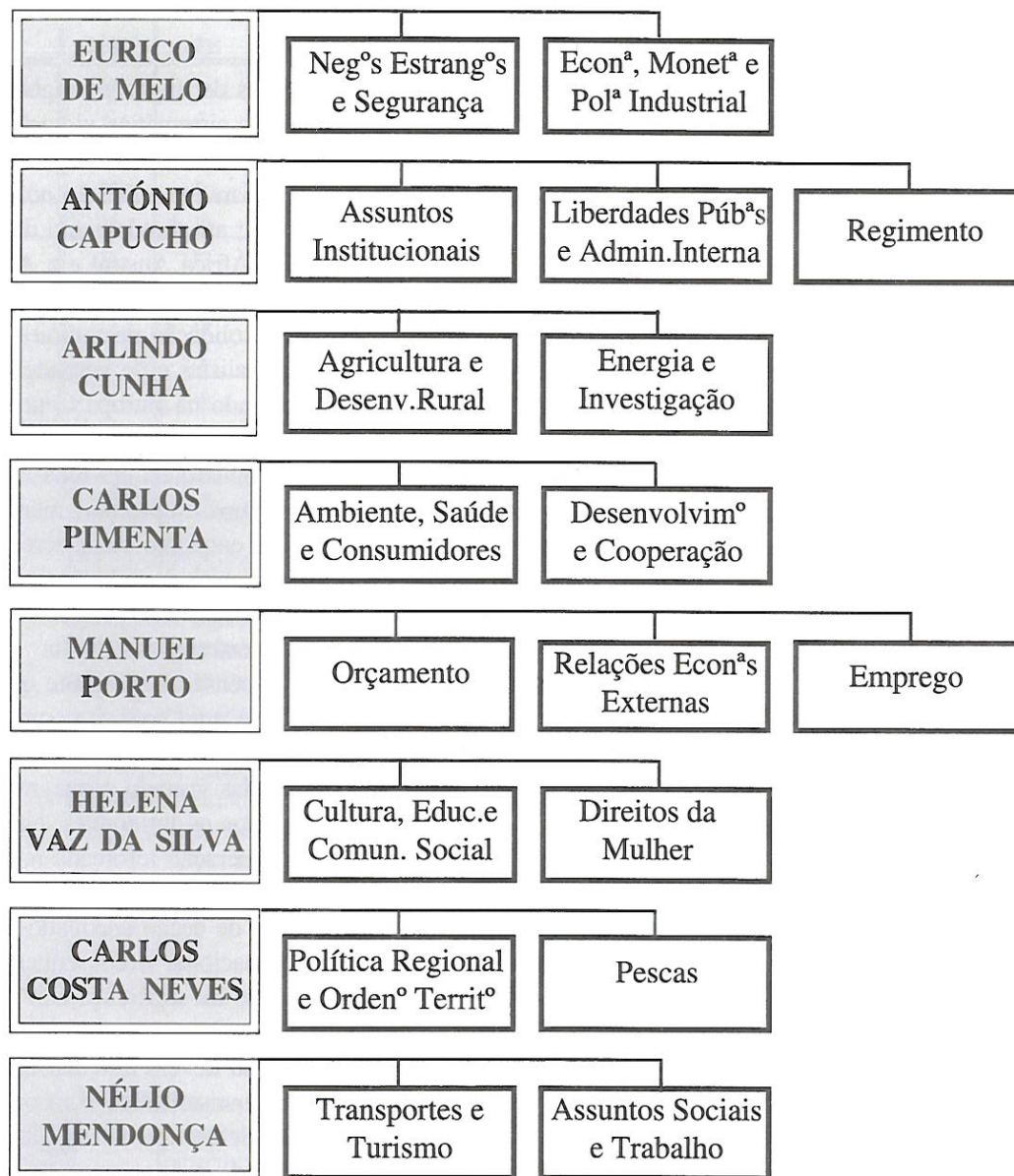
Nenhum Grupo atinge a maioria absoluta dos Deputados (284). Se excluirmos o LDR, nem a "esquerda" nem a "direita" atinge aquele número de votos. De facto, o conjunto de socialistas, comunistas, radicais e verdes, totaliza 268 Deputados. Por outro lado, o conjunto PPE mais FE, ADE, GEN e diversos de direita não-inscritos, soma cerca de 250 Deputados. Se a qualquer daqueles dois conjuntos adicionarmos os 43 votos do LDR, obtemos a maioria absoluta.

Claro que o Parlamento Europeu não se divide sistematicamente naquela lógica, mas o exercício tem o mérito de revelar a posição muitas vezes determinante do Grupo LDR.

Composição do Grupo do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas (LDR)



Distribuição dos Deputados do PSD pelas Comissões do Parlamento Europeu



Grupo Europeu do PSD

• Largo Jean Monnet, 1-6^o 1200 LISBOA

Tel 3520279

Fax 3520280

• Rue Belliard, 97-113 (MAE 823) 1040 BRUXELAS

Tel 2845551

Fax 2849551

Europa Sim, Portugal Sempre!

PRINCÍPIOS PROGRAMÁTICOS DO PSD

(resumo)

1. Apoiamos o projecto da União Europeia. O processo de construção europeia tem sido o principal garante da Paz na Europa Ocidental e da estabilidade das nossas democracias.

2. O compromisso consagrado em Maastricht corresponde não só aos desígnios de uma Europa mais una, mas também aos interesses nacionais. O modelo aí aprovado potencia a nossa capacidade de afirmação no mundo, reforça a segurança dos portugueses e contribui para prosseguir o objectivo estratégico de aproximar progressivamente o nosso País dos Estados membros mais desenvolvidos.

3. O alargamento em curso da Comunidade é globalmente positivo para Portugal, por reforçar o peso relativo dos Estados da nossa dimensão e por proporcionar ao conjunto da União uma nova ampliação dos mercados e mais recursos para o orçamento comunitário.

4. Na próxima revisão dos Tratados, continuaremos a defender o modelo que nos permite afirmar a nossa soberania, potenciar as especificidades que radicam na nossa longa tradição nacional e garantir a manutenção do princípio de igualdade entre os Estados membros.

5. A União Europeia desenhada pelo Tratado de Maastricht segue um figurino específico, um caminho inédito, que não é nem o federalismo nem o de uma pura organização intergovernamental. É esta a opção institucional de base que o PSD defende, e não qualquer configuração federal.

6. Para Portugal, detentor de laços privilegiados com certas zonas do mundo e com uma tradição histórica que se enquadra no modelo de política externa consagrado no Tratado, a sua participação na Política Externa e de Segurança Comum contribui para uma afirmação acrescida do País na cena política internacional. Procuraremos acentuar alguns aspectos especialmente relevantes para o nosso País: apoio

aos Países Africanos de língua portuguesa; sensibilização para a sistemática violação dos Direitos do Homem em Timor-Leste, e procura de uma solução justa para esta questão no quadro do direito Internacional; aprofundamento das relações com o Magrebe, a África Austral e a América Latina.

7. A consolidação de regimes democráticos e pluralistas e de verdadeiras economias de mercado na Europa Central e de Leste, contribuirão também para a paz que desejamos ver salvaguardada em toda a Europa.

8. Apoiamos o aprofundamento da cidadania europeia, enquanto valor acrescentado relativamente ao estatuto de cidadãos nacionais.

9. Face à insistente pressão migratória sobre as fronteiras externas da União, consideramos indispensável e urgente que a Comunidade assuma uma política comum de imigração e de asilo. Paralelamente devem ser reforçadas as medidas visando a integração social e económica de todos os imigrantes legais.

10. A cooperação reforçada nos domínios da justiça e dos assuntos internos vem proporcionar meios de acção adequados contra a criminalidade internacional e, conseqüentemente, favorecer um quadro de segurança acrescida para os cidadãos .

11. Portugal deverá articular a vitalidade do relacionamento transatlântico com os requisitos de segurança e de defesa que se colocam à União Europeia, fortalecendo o pilar europeu da NATO, reforçando o elo transatlântico e consolidando uma identidade europeia de segurança e de defesa.

12. A coesão económica e social não se esgota no Pacote Delors II, nem a solidariedade acaba em 1999. As políticas estruturais devem prosseguir enquanto persistirem disparidades e atrasos de desenvolvimento que as justifiquem.

13. Defendemos o reforço da dimensão social da União, encarando como prioridade a luta contra o desemprego, a pobreza e a exclusão

social, bem como a defesa da dimensão familiar nas várias políticas europeias.

14. Apoiamos as medidas previstas na “Iniciativa Europeia de Crescimento” e no “Livro Branco sobre o Crescimento, a Competitividade e o Emprego”, as quais devem ser associadas à maior coordenação das políticas macro-económicas e à rigorosa implementação do Pacote Delors II.

15. Apoiamos o lançamento do novo programa PEDIP II (Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa), através do qual se pretende dinamizar o crescimento sustentado da competitividade das empresas industriais, reforçando a capacidade de resposta às rápidas mutações tecnológicas e de mercados, promovendo a modernização, a diversificação e a internacionalização da estrutura industrial.

16. A modernização estrutural da agricultura deve constituir a grande prioridade, a par do reforço das políticas que apelem à multifuncionalidade do agricultor e da sua empresa e aos sistemas de apoio ao rendimento. Pretende-se uma agricultura economicamente dinâmica e competitiva, enquadrada num Mundo Rural em que ela própria seja agente revitalizador.

17. O Uruguay Round representa a vitória do comércio livre sobre o proteccionismo, mas também a vitória do comércio com regras e disciplina sobre o comércio desleal e fraudulento.

18. No seguimento da aprovação do primeiro “Programa de Acções Comunitárias a favor do Turismo”, deve ser atribuída prioridade à requalificação das áreas turísticas tradicionais, à diversificação da oferta e à intensificação da acção promocional internacional.

19. O desenvolvimento da Política Comum das Pescas deverá atender à necessidade de manter os níveis de exploração dos recursos numa base sustentável que garanta a perenidade da actividade; prosseguir a adaptação da capacidade da frota; promover a valorização dos produtos da pesca; incrementar a formação profissional e incentivar o associativismo.

20. Consideramos essencial a interligação europeia das infraestruturas de transportes e apoiamos nomeadamente: o Plano Rodoviário

Nacional; a profunda remodelação da rede ferroviária, em curso; o desenvolvimento do transporte ferroviário urbano.

21. Defendemos o reforço do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e a sua dinamização através do contacto com os sectores produtivos.

22. A Europa comprometeu-se a lutar contra poluição no seu território, a ajudar o desenvolvimento sustentado dos países menos desenvolvidos, a preservar o milagre da vida na Terra, a proibir o tráfico de resíduos tóxicos, a abrir aos cidadãos a plena liberdade de informação e participação.

23. Consideramos imperioso que Portugal se empenhe na realização dos critérios de convergência e mantenha como prioridade a sua participação plena na 3ª fase da UEM.

24. Apoiamos o reforço dos programas especialmente destinados aos jovens e defendemos a melhoria da integração da política da educação com a política de investigação e com os objectivos do Fundo Social Europeu. Por outro lado, consideramos que a qualificação dos recursos humanos deve favorecer o emprego, apoiar a formação inicial dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho, bem como melhorar o nível e a qualidade do emprego.

25. Entendemos prioritário e apoiamos o reforço dos Programas “Europa contra a Sida”, “Europa contra o Cancro” e “Plano europeu de luta contra a droga”, bem como a luta contra o alcoolismo e, em geral, as iniciativas de promoção de hábitos sãos através da educação para a saúde.

26. Defendemos uma Europa enriquecida pela sua diversidade cultural, aberta e informada sobre a nossa herança comum, que respeite e potencie a identidade própria dos Estados-membros e das Regiões que os integram, e que salvguarde os direitos das minorias culturais.

27. Apoiaremos um conjunto integrado de medidas específicas destinadas aos Açores e à Madeira, designadamente nos domínios da agricultura, pescas, transportes, telecomunicações, energia, P.M.E.’s e ambiente, que permitam ultrapassar os problemas que decorrem da sua situação insular e ultraperiférica.

Europa Sim, Portugal Sempre!

Os Deputados do PSD ao Parlamento Europeu



EURICO DE MELO

Nasceu em 1925.
Licenciado em Eng^a Química.
Desempenhou diversos cargos em todos os escalões partidários, nomeadamente Vice-Pres. da Com. Pol^a Nacional. É membro do Conselho Nacional do PSD.
Eleito Deputado à A.R. pelo círculo de Braga em 85, 87 e 91.
No Governo foi Min^o de Estado e da Adm. Interna, Vice-Prim^o Min^o e Min^o da Defesa Nacional.



ANTÓNIO CAPUCHO

Nasceu em 1945.
Curso Sup. de Organização e Gestão de Empresas.
Foi Secretário Geral e Vice-Pres. da Com. Pol^a Nacional. É membro do Conselho Nacional.
Eleito Deputado à A.R. desde as eleições de 1980, foi Presidente do Grupo Parlamentar (83-85).
No Governo foi Min^o da Qualidade de Vida e Min^o dos Assuntos Parlamentares.



ARLINDO CUNHA

Nasceu em 1950.
Licenciado em Economia.
Pos-graduate e Master Philosophy em Economia Agrária.
Membro do Conselho Nacional do PSD, desempenhou vários cargos no PSD e na JSD.
No Governo foi Secretário de Estado do Desenvolvimento Agrário, Secretário de Estado Adjunto do Min^o da Agricultura e Ministro da Agricultura.



CARLOS PIMENTA

Nasceu em 1955.
Licenciado em Eng^a Electrot^a.
Antigo dirigente estudantil e sindicalista (fundador da UGT).
Foi Presidente do Congresso da JSD. É membro do Conselho Nacional do PSD.
Eleito Deputado à A.R. desde 1985 e ao P.E. desde 1989.
No Governo foi Sec^o de Estado do Ambiente, S.E. das Pescas e S.E. do Amb. e Rec^os Naturais.



MANUEL PORTO

Nasceu em 1943.
Lic^o em Direito. Pos-graduado e doutorado em Ciências Económicas.
Foi Presidente da C.C.R. da Região Centro e Pres. do Conselho Nacional do Plano.
É membro da Ass. Municipal de Coimbra e Vice-Pres. da C.P. Distrital de Coimbra do PSD.
Eleito Deputado ao P.E. em 1989 e 1994.



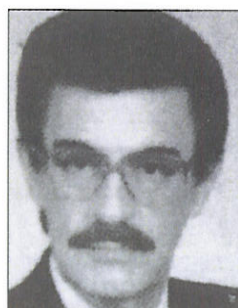
HEL^a VAZ DA SILVA

Nasceu em 1939.
Frequentou o Centre de Formation de Journalistes (Paris).
É Presidente do Centro Nacional de Cultura, Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, membro do Conselho de opinião da RTP e membro do Conselho Geral da Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses.



C. COSTA NEVES

Nasceu em 1954.
Licenciado em Direito.
Membro da Comissão Política Regional do PSD dos Açores desde 1984.
Eleito Deputado à Assembleia Regional dos Açores desde 1980.
Foi Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Secretário Regional da Administração Interna.
Ex-Presidente da SATA.



NÉLVIO MENDONÇA

Nasceu em 1930.
Licenciado em Medicina.
É Vice-Presidente da Comissão Política Regional do PSD da Madeira desde 1979.
Eleito Deputado à Assembleia Regional da Madeira desde 1976 e à AR em 1983.
Foi Secretário Regional dos Assuntos Sociais (1976-80) e Presidente da Assembleia Regional da Madeira (1984-94).